



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

SENTENÇA

Processo nº: **1002392-52.2018.8.26.0037**
Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral**
Requerente: **Alexandre dos Reis**
Requerido: **"Fazenda Pública do Estado de São Paulo"**

Justiça Gratuita

Juiz de Direito: Dr. **João Baptista Galhardo Júnior**

Vistos.

Relatório dispensado, nos termos do artigo 38 da Lei nº 9.099/95.

FUNDAMENTO E DECIDO.

Inicialmente, a preliminar suscitada em contestação pressupõe aprofundar-se na relação de direito material, daí, se acolhida em seu fundamento, dará azo à improcedência do pedido.

No mais, o feito comporta julgamento no estado em que se encontra, nos termos do artigo 355, inciso I, do Código de Processo Civil, sendo prescindindo-se da dilação probatória.

O pedido é procedente em parte.

O autor alega que foi condenado por crime constante no artigo 157, § 2º, do CP, bem como em 16 dias-multa. Ocorre que desde o ano de 2017 tenta efetuar o pagamento da multa penal, porém sem sucesso, o que lhe impede de



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

exercer plenamente os seus direitos à cidadania.

É direito do autor efetuar o pagamento da multa penal, porquanto enquanto não efetuar seu pagamento seus direitos políticos ficam suspensos, infligindo assim, diretamente outros direitos fundamentais, como saúde, trabalho e educação, já que a falta de quitação eleitoral reflete na regularidade da situação de cidadania plena.

Nos autos, o autor demonstrou interesse no pagamento da multa que somente não ocorreu porque esta não foi emitida. Assim é dever da requerida a emissão de guia para pagamento da multa penal a fim de restabelecer os direitos políticos do autor.

De outra vértice, não há o que se falar em danos morais. A reparação do dano moral deve ser reservada apenas às hipóteses de efetiva violação aos direitos de outrem, aos justos melindres do brio, da dignidade ou decoro pessoal, desde que caracterizado o dano concreto, aferível por critério de razoabilidade objetiva avaliada pela lógica ordinária das coisas, e não às hipóteses de cunho subjetivista, como a aqui discutida. Não é qualquer suscetibilidade ou melindre que pode ensejar indenização por dano moral, sob pena de se desvirtuar o instituto, criando fonte de enriquecimento injusto.

Nesse sentido o julgado:

“Só deve ser reputado como dano moral a dor, vexame, sofrimento ou humilhação que, fugindo à normalidade interfira intensamente no comportamento psicológico do indivíduo causando-lhe aflição, angústia e desequilíbrio em seu bem estar, não bastando mero dissabor, aborrecimento, mágoa, irritação ou sensibilidade exacerbada” (TJRJ 2ª Câ. Civil – Apel. Cível n.º 8.218 – J. 13/02/96, rel. Dês. Sérgio Cavallieri Filho).

Ainda, considerando as alegações genéricas da inicial,



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

não se vislumbra ter ocorrido abalo efetivo na vida ou interferência no comportamento psicológico do autor, bem como não houve ofensa à honra deste.

Ante o exposto, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE** a ação, a fim de determinar que a requerida expeça guia para recolhimento da multa decorrente da condenação criminal.

Sem custas ou honorários, na forma do artigo 55 da Lei 9.099/95.

P.I.C

Araraquara, 02 de agosto de 2018.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA